

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
PROPOSIÇÕES PRELIMINARES PARA A POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL

Junho/2022

1

Responsável (eis):

Helena Teixeira Magalhães Soares
Alexandre Freitas

SUMÁRIO

1. ASSISTENCIA SOCIAL	2
1.1 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	2
1.2 CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS	2
1.3 PROPOSTAS PRELIMINARES.....	3
2. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	5
2.1 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	5
2.2 CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS	5
2.3 PROPOSTAS PRELIMINARES.....	6

1. ASSISTENCIA SOCIAL

1.1 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

A Política Municipal de Assistência Social de Conselheiro Lafaiete apresenta legalmente respaldada, com o Plano Municipal Decenal de Assistência Social 2016-2026 e planos correlatos das ações e serviços em consonância às diretrizes da Política Nacional os quais Acolhimento Institucional, Enfrentamento ao Trabalho Infantil e proteção ao Adolescente Trabalhador, Convivência Familiar e Comunitária, da Mulher, Da Infância e Adolescência, Segurança Alimentar e Nutricional, Atendimento Socioeducativo¹.

Destarte, pode-se considerar que os diagnósticos descritos e objetivos descritos em todos esses documentos projetam a melhoria nas condições de vida e desenvolvimento adequado para os/as cidadãos, em especial àqueles que vivem em situações de vulnerabilidades. Os planos de ação e metas previstos em alguns requerem a atuação intersetorial para que o esforço conjunto, na especificidade de cada instituição da rede, resulte na alteração das condições de vida e autonomia com dignidade geral.

Em consonância ao Plano Diretor, enquanto componente da política urbana, que visa o ordenamento do desenvolvimento urbano das funções sociais e a garantia do bem-estar de seus munícipes, alinham-se os objetivos da Política de Assistência Social no sentido de garantir a proteção social e promoção de ações que visem a superação das situações de vulnerabilidades e riscos sociais da população, de maneira a garantir o direito à vida digna a todas as pessoas. Neste sentido, este documento visa explicitar proposições alinhadas ao acesso e à acessibilidade das ações e serviços, considerando que elas se tornam o percurso necessário a parte considerável da população que demanda tais ações para o seu bem-estar. Ressalta-se que as propostas listadas derivam da pesquisa qualitativa realizada junto aos técnicos e gestores da área e das oficinas realizadas junto à população, que forma imprescindíveis para a elucidação dos dados secundários já apresentados no relatório anterior.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

- Estudo de viabilidade para ampliação de equipamentos de proteção básica nas áreas com população em situação de vulnerabilidades sociais;
- Maior interação das organizações da sociedade civil, como foi no período crítico da pandemia, quando a Rede Família assistiu as pessoas em situação de insegurança alimentar;
- Manutenção do espaço exclusivo na área central para atendimento do Cadastro Único;
- Organização e planejamento das ações em conformidade aos princípios da participação com envolvimento propositivo das equipes técnicas nas etapas diagnóstica, planejamento, ações, com avaliação processual e no final, bem como de forma a proporcionar ao envolvimento das equipes técnicas que realizam o atendimento direto à população, bem como as organizações da sociedade civil que compõem a rede socioassistencial;

¹ Os planos listados se encontram disponíveis no site oficial da Prefeitura de Conselheiro Lafaiete: http://sociallafaiete.blogspot.com/p/blog-page_0.html

- Planejamento das ações de forma a considerar as prerrogativas legais de submissão ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como aos demais conselhos de segmentos sociais, de maneira a garantir tempo e informações suficientes a subsidiarem a análise e proposições dos conselheiros, no cumprimento do controle social;
- Otimização os serviços e ações que foram suspensos durante a pandemia conforme as demandas da população e proposições nas Conferências da política e dos segmentos;
- Ampliação a oferta de serviços destinados à formação profissional e inserção no mercado de trabalho de jovens adultos em parceria com setor privado e entes governamentais;
- Ações para redução das crianças em situação de trabalho infantil que aumentou consideravelmente, segundo os cidadãos participantes;
- Maior suporte ao Programa Família Acolhedora;
- Ampliação dos benefícios socioassistenciais, principalmente os destinados à segurança alimentar e nutricional adequada;
- Capacitação dos profissionais da prefeitura e órgãos de segurança pública para inclusão da diversidade e gênero nas políticas públicas;
- Maior divulgação com uso de redes digitais das plenárias e aprovações dos conselhos de controle das políticas sociais e de proteção de direitos de segmentos sociais específicos;
- Oportunidade de trabalho digno e criativo para os jovens;
- Respeito à diversidade e segurança para o segmento LGBTQIA+;
- Ampliação do diálogo com segmento juventudes;
- Consolidação de acesso a canais que permitam a participação d a rede de movimentos jovens na elaboração e monitoramento de políticas públicas;
- Capacitação de agentes públicos para lidar com a juventude.

1.3 PROPOSTAS PRELIMINARES

A seguir, apresentam-se as proposições a partir da junção das análises feitas pela equipe de pesquisadores da FJP e das contribuições dos profissionais e população, refletindo assim a importância do processo participativo e democrático na elaboração do Plano Diretor.

1. Revisão da organização técnica e administrativa dos serviços socioassistenciais de forma a contemplar os seguintes itens:

- a) o mapeamento dos territórios e localização dos equipamentos em conformidade às diretrizes da política nacional no que se refere ao atendimento aos indivíduos e famílias que precisam da política;

b) estudo de viabilidade com vistas à implantação de equipamentos de ações e serviços da proteção básica;

c) adequação da infraestrutura dos equipamentos públicos de maneira a garantir a plena acessibilidade e ao público alvo, principalmente pessoas com deficiência e pessoas idosas;

d) análise das ações e serviços ofertados de forma a ampliar e garantir o acesso ao público-alvo em consonância com as demandas da população, em especial ao segmento jovem adulto no que se refere a preparação e inserção no mercado de trabalho;

e) adequação dos equipamentos públicos conforme os documentos de orientações e diretrizes de oferta dos serviços a fim de garantia de condições técnicas e éticas aos profissionais, em consonância ao código de ética das categorias profissionais;

f) descentralização espacial dos serviços e ações por meio de postos de atendimento e agenda de ações descentralizadas em regiões acessíveis de forma a garantir o acesso às pessoas com deficiência e idosas, em função do relevo da cidade. Sugere-se a criação de unidades com multisserviços das políticas sociais;

f) Promoção da gestão compartilhada junto aos técnicos e gestores, no sentido de prover o planejamento, ações e resultados de forma aproximada às demandas da população e capacidade institucional.

2. Articulação da rede socioassistencial do município com atuação conjunta, de forma regular e agenda em consonância às demandas da população, e desenvolvimento de ações intersetoriais com as áreas de educação, saúde e trabalho e renda principalmente;

3. Análise de viabilidade da organização do setor de Cadastro Único com vistas à ampliação do atendimento simultaneamente à garantia dos registros de qualidade e quantidade em consonância à população demandatária da política, guarda dos documentos com garantia de sigilo;

4. Efetivação do plano municipal de combate ao trabalho infante-juvenil, com ações de incentivo tributário ao setor privado com fins à qualificação e contratação de jovens adultos;

5. Otimização do Programa Família Acolhedora em paralelo ao fortalecimento da atuação intersetorial a fim de minimização das situações de violação de direitos das crianças e adolescentes, em como redução do processo de institucionalização desse segmento social;

6. Otimização da atuação da Vigilância Socioassistencial junto aos técnicos, gestores, OSC e demais políticas com atualização contínua e regular através do monitoramento das demandas, ações e serviços, bem como resultados;

7. Regulamentação em nível municipal do percentual mínimo e fontes de recursos a serem aplicados na política municipal de assistência social;

8. Otimização das ações voltadas à população em situação de rua, de forma interdisciplinar, intersetorial e interseccional;

9. Proposição de ações de geração de renda à população em situação de vulnerabilidades, incluindo formação profissional condizente à vocação econômica do município, apoio na formação de cooperativas, suporte técnico com acompanhamento aos indivíduos e grupos atendidos, bem como descentralização da oferta para os espaços localizados nos bairros periféricos;

10. Ampliação dos benefícios socioassistenciais, incluindo a garantia da alimentação saudável e nutricional adequada;

11. Intensificação de serviços e ações destinados às populações tradicionais e população rural, em conformidade às demandas e cultura desses segmentos;

12. Capacitações continuadas nos temas diversidade, gênero, juventudes e LGBTQIA+ para a rede de proteção de direitos sociais, incluindo sistema de segurança, e demais gestores e técnicos de políticas públicas.

2. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

2.1 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

A garantia do direito à moradia extrapola o componente habitacional em si, uma vez que deve se considerar as condições dignas de acesso a serviços e bens que compõem a condição de vida das pessoas. Assim, o acesso às unidades de ensino, aos equipamentos de saúde, às unidades da rede socioassistencial, a disponibilização de transporte em linhas suficientes e adequadas aos cidadãos, considerando os que tem mobilidade reduzida, o acesso ao trabalho, o direito à geração de renda, o direito de ir e vir com segurança, enfim, condições saudáveis e saltares ao desenvolvimento humano e autonomia.

Neste sentido, apresentam-se as contribuições dos representantes de instituições não governamentais com atuação no campo dos direitos sociais, incluindo o direito à moradia, e cidadãos do município que participaram das oficinas. As sugestões são oriundas também das análises feitas pelos pesquisadores da FJP em observância à situação do município e resposta institucional à garantia do direito à moradia e direito à cidade.

2.2 CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

- Elaboração do Plano de habitação popular a fim de atendimento à população em situação de rua;
- Garantia recursos permanentes do orçamento para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, com aprovação em lei;
- Implantação de rotas de acessibilidade e viabilização de acessos aos equipamentos públicos;
- Instituição do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social;

-
- Regulamentação das ZEIS;
 - Parceria com Senac e reativação do Centro do Adolescente Ativo para formação dos adolescentes e jovens;
 - Ativação do Programa de Economia Solidária;
 - Mapeamento e regulamentação de rotas de acessibilidade;
 - Disponibilização de serviços de forma descentralizada em função do relevo da cidade;
 - Ampliação de transporte pública adaptado;
 - Garantia acessibilidade em todas as edificações públicas e comerciais, principalmente ao longo dos passeios e calçadas públicas;
 - Garantia acesso nos equipamentos públicos em termos de infraestrutura adequada às pessoas com mobilidade reduzida;
 - Garantia infraestrutura adequada nos equipamentos públicos em conformidade às orientações técnicas e serviços no sentido de garantia da qualidade dos serviços, condições técnicas e éticas de trabalho para os profissionais;
 - Reposicionamento da política de habitação na estrutura organizacional da gestão municipal, com secretária própria e autônoma;
 - Revisão no Programa Aluguel Social de forma a dar suporte junto às demais políticas para a superação da condição de pobreza e garantia do direito à moradia;
 - Redução os custos de cartório e revisão do processo de documentos para garantir os registros de imóveis de forma acessível.

2.3 PROPOSTAS PRELIMINARES

A seguir são apresentadas as sugestões de proposições que visam a garantia do direito à moradia e acesso à cidade para a população em situação de vulnerabilidades, reconhecendo que tais ações inferem na segurança e melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

1. Revisão do Plano Municipal Decenal de Habitação de Interesse em consonância às propostas da população, bem como na evidenciação das ações, metas, monitoramento e resultados conforme:
 - a) Definir de ações com objetivos e metas para atendimento à população de rua, de forma intersetorial, com base nos dados disponíveis na Vigilância Socioassistencial, conferindo os direitos sociais garantidos constitucionalmente;
 - b) Definição de metas para a regularização fundiária dos imóveis de propriedade da população residente nas áreas periféricas do município, principalmente;

c) Previsão de objetivos e metas de garantia de infraestrutura básica sanitária às condições de moradia da população (acesso a água potável, a energia elétrica, a meios de comunicação). Cita-se a exemplo o Bairro Copacabana;

d) Regulamentação e ampliação do acesso ao aluguel social, prazo de suporte e valor.

2. Regulamentação do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, com definição das fontes de recursos e forma de aplicação, incluindo a participação da sociedade civil organização em toda a sua formulação, planejamento e ações;

3. Implantação de rotas de acessibilidade com regulamentação nos parâmetros da política urbana;

4. Revisão do organograma do executivo municipal com elevação da política de habitação em nível de secretaria, ampliando poderes de ação e recursos próprios para a pasta;

5. Reordenamento do transporte público de forma a garantir a mobilidade de forma regular e suficiente à população residente nos bairros periféricos da cidade;

6. Inclusão no Código de Conduta de orientações para uma arquitetura inclusiva, que permita o direito de ir e vir, o usufruto do espaço público, a viabilidade de acesso protetiva para os cidadãos em períodos de chuva, os *skatistas*, a população em situação de rua, enfim, a todos os cidadãos, incluindo campanhas educativas;

7. Revisão do fluxo documental para registro cartorial dos imóveis, incluindo os custos da cidade formal.